

Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas

INFORME 3

**NORMATIVAS SOBRE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA SEXUAL**

Março/2016

O Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPES) da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), por meio das Coordenações Gerais da Saúde das Mulheres (CGSM), Criança e Aleitamento Materno (CGSCAM), Saúde do Adolescente e do Jovem (CGSAJ), Saúde dos Homens (CNSH), Saúde da Pessoa Idosa (COSAPI), Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (CGSMAD) vem realizando um conjunto de iniciativas e ações visando promover o enfrentamento das situações de violência, especialmente por meio de orientações para a organização de serviços e qualificação da atenção.

Tendo em vista que o acesso às informações sobre a rede de atenção às pessoas em situação de violência sexual é uma demanda recorrente, o presente informe tem o objetivo de apresentar as recentes portarias publicadas pelo Ministério da Saúde (MS) no que se refere à atenção às pessoas em situação de violência sexual.

**1. QUAIS SÃO AS NORMATIVAS MAIS RECENTES QUE ABORDAM A ATENÇÃO ÀS
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL?**

Destacamos como mais recentes as portarias nº 485/2014, nº 618/2014 nº 2.415/2014, nº 1662/2015 e nº 288/2015, relativas aos anos de 2014 e 2015.

As **Portarias nº 485 e 618/2014** do Ministério da Saúde definem o funcionamento do *Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual* no SUS e faz referência ao cadastramento do Serviço no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) – Serviço nº 165 e suas classificações.

De acordo com essas normativas, o *Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual* **poderá ser organizado em todos os estabelecimentos de saúde**, conforme as especificidades e atribuições de cada estabelecimento.

TABELA 1 – Relação de tipos de serviços de atenção às mulheres em situação de violência sexual conforme classificações estabelecidas na Portaria nº 485/2014 e nº 618/2014.

SERVIÇOS DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	
CLASSIFICAÇÕES	CRITÉRIOS
001 - Referência para a Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana) • Atenção integral conforme <i>Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes.</i> • Contar com equipe de referência composta por: médico (a), enfermeiro (a), assistente social, psicólogo (a), farmacêutico e técnico em enfermagem. • Exemplos: Hospital, Maternidade, Pronto-socorro, UPA.
006 - Referência para Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana) • Atenção integral conforme <i>Norma Técnica Atenção Humanizada ao Abortamento.</i> • Contar com equipe de referência composta por: médico (a), enfermeiro (a), assistente social, psicólogo (a), farmacêutico e técnico em enfermagem. • Exemplos: Hospital, Maternidade, Pronto-socorro, UPA.
007 - Atenção ambulatorial às pessoas em situação de violência sexual	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento conforme suas especificidades e atribuições (acolhimento, atendimento humanizado, encaminhamentos etc.). • Contar na equipe com: médico (a), enfermeiro (a) e técnico em enfermagem. • Exemplos: UBS, CAPS, Policlínica, Unidade Mista.

FONTE: Portaria GM/MS nº 485 de 1 de abril de 2014, disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485_01_04_2014.html

Atualmente, 603 estabelecimentos de saúde no país se cadastraram no código 165 - *Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual* no SCNES nas 3 classificações, sendo que na classificação **001- Referência para a Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual** estão cadastrados atualmente **187 serviços**, na classificação **006 - Referência para Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei** estão cadastrados **65 serviços**, e na classificação **007 - Atenção ambulatorial às pessoas em situação de violência sexual**, **399 serviços** cadastrados (SCNES/DATASUS/MS. Acesso em: 12/01/16).

Para fins de ciência dos(as) gestores(as), segue listagem (Tabela 2) com a descrição dos serviços acerca dos quais o MS tem ciência da realização da assistência e que carecem de cadastramento:

TABELA 2 - Lista dos serviços/estabelecimentos que já contam com uma atenção de referência mas que ainda não se cadastraram no SCNES:

N	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇOS DE REFERÊNCIA
1	AC	Brasiléia	Hospital das Clínicas Raimundo Chaar
2	AP	Macapá	Hospital da Mulher Mãe Luzia (HMML)
3	BA	Salvador	Maternidade Climério de Oliveira
4	BA	Salvador	Maternidade Tsylla Balbino
5	CE	Fortaleza	Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana
6	CE	Fortaleza	Hospital Distrital Governador Gonzaga Mota José Walter
7	CE	Fortaleza	Maternidade Escola Assis Chateaubriand
8	DF	Distrito Federal	Hospital Regional - Taguatinga
9	ES	Vitória	Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes
10	MS	Campo Grande	Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS)
11	PB	Campina Grande	Instituto de Saúde Elpidio de Almeida
12	PB	João Pessoa	Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena
13	PE	Recife	Hospital Maternidade Fernando Magalhaes
14	PI	Teresina	Maternidade Dona Evangelina Rosa
15	PR	Curitiba	Hospital Universitário Evangélico
16	PR	Curitiba	Hospital de Clínicas (UFPR)
17	PR	Curitiba	Centro Médico Comunitário Bairro Novo
18	RJ	Rio de Janeiro	Hospital Maternidade Carmela Dutra
19	RJ	Rio de Janeiro	Maternidade Maria Amélia Albuquerque de Holanda
20	RR	Boa Vista	Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth
21	SC	Florianópolis	Maternidade Carmela Dutra
22	SE	Aracaju	Maternidade Nossa Senhora de Lourdes
23	SE	Aracaju	Hospital Universitário de Aracaju
24	SP	Campinas	Hospital da Mulher Professor Doutor José Aristodemo Pinote
25	SP	São Bernardo do Campo	Centro de Atenção Integral a Saúde da Mulher (CAISM)
26	SP	São Paulo	Hospital São Paulo - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
27	SP	São Paulo	Hospital Pérola Byington/SP

FONTE: Dados do CNESNet, portal do DataSUS, 2015.

2. COMO REGISTRAR O SERVIÇO DE REFERÊNCIA PARA ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL?

Solicitar cadastro no SCNES do **Serviço Especializado** – 165 e respectivas classificações para a Secretaria Municipal ou Estadual de Saúde onde o estabelecimento está vinculado. Caso surjam dúvidas, é possível consultar a Ouvidoria do SUS através do número 136, opção 8.

3. COMO SABER SE O SERVIÇO ESTÁ CADASTRADO E QUAL A SUA CLASSIFICAÇÃO?

Ver a resposta no Anexo A.

4. NO QUE CONSISTE O PROCEDIMENTO DESIGNADO “ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL PARA ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL”?

Em novembro de 2014, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.415, que cria o procedimento nº 03.01.04005-2 intitulado: “**Atendimento Multiprofissional para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual**”. A criação desse procedimento representa um grande avanço para o SUS, na medida em que **possibilita a remuneração pelo conjunto de ações realizadas nos serviços de saúde de referência para a atenção integral às pessoas em situação de violência sexual**, devidamente cadastrados no SCNES.

Além disso, o registro desse procedimento se dá por boletim de produção ambulatorial individualizado (BPA-I) e possibilita que se obtenha, em âmbito local, estadual e nacional, dados e informações mais consistentes sobre a atenção realizada às vítimas de violência sexual no SUS. A remuneração é de **R\$ 100,00**. O custeio do procedimento acontece por Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC). Em 11 meses da publicação da portaria, **4.856 procedimentos** foram registrados pelos serviços de referência em violência sexual no SUS. Embora o número de registros envolvendo pessoas idosas seja baixo em torno de 2%, é importante destacar que existe também violência contra esta população, pois acreditamos que este tipo de violência pode estar subnotificado.

O procedimento referido consiste em atendimento por equipe multiprofissional e engloba num mesmo serviço a realização de: **acolhimento; escuta qualificada; atendimento clínico humanizado; atendimento psicológico e social; anamnese e registro em prontuário; realização de exames e profilaxias necessárias; notificação da violência sexual e outras violências; encaminhamentos, consultas e retornos para tratamento ambulatorial, de acordo com o caso**. O procedimento compreende esse conjunto de ações para cada pessoa atendida, desse modo, **um único registro deve ser feito** quando realizado esse conjunto de ações para cada pessoa.

Somente os Serviços de Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual cadastrados no CNES (Serviço 165 – Classificação 001) poderão registrar e receber pelo procedimento.

5. NO QUE CONSISTE A PORTARIA Nº1662/2015 – COLETA DE VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO SUS?

A portaria nº 1662, de 2 de outubro de 2015 “**define critérios para habilitação para realização de Coleta de Vestígios de Violência Sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), inclui habilitação no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e cria procedimento específico na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS**”.

Essa portaria integra um conjunto de iniciativas adotadas pelo Ministério da Saúde na perspectiva de garantir as ações propostas pelo Programa Mulher, Viver Sem Violência, lançado pelo governo federal, em agosto de 2013, que objetiva integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

Esta portaria está relacionada à Portaria Interministerial nº 288/2015, que estabelecem a organização e integração do atendimento às pessoas em situação de violência sexual pelos(as) profissionais de segurança pública e pelos(as) profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios e a Norma Técnica de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com registro de Informações e Coleta de Vestígios, disponível no link: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/norma-tecnica-versaoweb.pdf>

6. QUAIS OS CRITERIOS PARA HABILITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA COLETA DE VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO SUS?

Os **critérios para habilitação para realização da Coleta de Vestígios** de Violência Sexual no SUS são:

I – Estar cadastrado no (SCNES), na classificação 001 – Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no código nº165 - Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual.

II - Promover atendimento multiprofissional a pessoas vítimas de violência sexual, 24 horas por dia, de acordo com disposições do Decreto nº 7.958/2013, Portaria nº 485/2014 e da Portaria nº 618/2014. A equipe multiprofissional deve ser composta, no mínimo, por médico (a), enfermeiro (a), psicólogo (a), assistente social e farmacêutico (a), com capacidade técnica e em quantidade suficiente para a execução das ações do Serviço.

III - Possuir locais específicos para o desenvolvimento do atendimento multiprofissional a pessoas vítimas de violência sexual com espaços privados para: o

acolhimento; o registro de informações e a coleta de vestígios e a guarda provisória de vestígios, conforme especificações técnicas em vigor disponibilizadas pelo MS.

IV - Ter equipamentos e insumos disponíveis para a execução do atendimento no estabelecimento de saúde, conforme especificações técnicas em vigor disponibilizadas pelo MS (para mais informações, consultar Norma Técnica de Atenção Humanizada às Pessoas em situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios de 2015);

V - Realizar, sistematicamente, a notificação compulsória das situações de violência sexual atendidas.

7. COMO SOLICITAR A HABILITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA COLETA DE VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO SUS ?

Para solicitar a habilitação os(as) gestores(as) de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão encaminhar ofício ao Ministério da Saúde com os seguintes documentos:

I - Resolução da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou da Comissão Intergestores Regional (CIR) ou do Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF) que contemple a indicação do estabelecimento de saúde a ser habilitado.

II – Declaração, devidamente assinada pelo gestor estadual, distrital ou municipal de saúde e pelo(a) diretor(a) do estabelecimento de saúde a ser habilitado, que ateste o cumprimento de todos os requisitos para habilitação discriminados acima.

III - Os documentos com a solicitação da habilitação do estabelecimento de saúde deverão ser encaminhados via e-mail para saude.mulher@saude.gov.br.

IV - A habilitação será feita mediante publicação de portaria editada pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS).

8. NO QUE CONSISTE O PROCEDIMENTO DE COLETA DE VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO SUS?

Consiste em ação realizada no âmbito de serviço de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual com a finalidade de proteção jurídica destas pessoas e posterior responsabilização do autor, caso as vítimas de violência desejarem iniciar procedimentos penais. No caso de crianças e adolescentes, a coleta de vestígios é obrigatória, em geral realizada pelo IML ou outro órgão oficial da segurança pública.

A coleta de vestígios compreende: registro de informações em ficha de atendimento multiprofissional, identificação e descrição de vestígios e outros achados nos exames, coleta, armazenamento provisório e encaminhamentos previstos.

Sendo que o Registro de informações poderá ser realizado por toda a equipe multiprofissional. E a coleta de vestígios, seja vaginal, anal, oral, ou outras partes do corpo é de competência do(a) médico(a)

O valor a ser pago pelo procedimento nº 03.01.04.006-0 COLETA DE VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL é de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais), esse procedimento deverá ser registrado e será pago quando realizado o registro de informações e coleta de vestígios de violência sexual. Importante ressaltar que é necessário que o serviço esteja previamente cadastrado no SCNES, código 165, classificação 001 - Serviço de Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual.

Nessa direção, é essencial que todas as coordenações de saúde das mulheres, bem como coordenações de saúde das crianças, jovens e adolescentes, de saúde do homem, de saúde da pessoa idosa, de saúde de pessoas com deficiência, saúde mental e vigilância em saúde, além de outras áreas/unidades e demais parceiros(as) envolvidos(as) com esse tema atentem para as normativas em vigor. É importante que **CONHEÇAM** os serviços de saúde que ofertam atendimento às pessoas em situação de violência sexual em seu estado/município/DF, **MOBILIZEM** a rede de serviços locais para a organização desse atendimento e **AUXILIEM** na divulgação desses serviços para a população local, de modo a garantir o direito de acesso aos cuidados em saúde necessários e disponibilizados às pessoas em situação de violência sexual.

Sendo o que se apresenta, contamos com vossa mobilização e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA MARQUES
Diretora Substituta do DAPES/SAS/MS

ANEXO A

COMO SABER SE O SERVIÇO ESTÁ CADASTRADO E QUAL A SUA CLASSIFICAÇÃO?

Os serviços cadastrados no SCNES que atuam no atendimento das pessoas em situação de violência sexual podem ser encontrados no portal DataSUS, por meio do website do CNESNet (<http://cnes.datasus.gov.br>), acessando o item “**Relatórios**” do menu principal, conforme mostra a imagem 1.

IMAGEM 1 – Menu principal do website CNESNet para acessar visualização dos serviços especializados do SUS.



FONTE: Website do CNESNet, portal DataSUS, 2015.

• SERVIÇOS DE REFERÊNCIA PARA ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL – CLASSIFICAÇÃO 001

Por meio da visualização do Menu Principal e do item “Relatórios” => “**Serviços Especializados**”, selecionar o **Estado** e, após, selecionar em “**Classificação Serviço**” a opção 001 – Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, conforme imagem 2.

IMAGEM 2 – Menu de “Serviços Especializados” para visualização dos serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual.

Descrição	Total
165 - ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	5
TOTAL	5

FONTE: Website do CNESNet, portal DataSUS, 2015.

Os Serviços de Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, **CLASSIFICAÇÃO 001** atualmente cadastrados no SCNES podem ser visualizados por meio do link:

http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Especialidades.asp?VEstado=33&VMun=&VComp=00&VTrc=00&VServico=165&VClassificacao=001

- **SERVIÇOS DE REFERÊNCIA PARA ATENÇÃO À INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ NOS CASOS PREVISTOS EM LEI – CLASSIFICAÇÃO 006**

Para acessar os Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, **CLASSIFICAÇÃO 006 – Atenção à Interrupção da Gravidez** nos Casos Previstos em Lei cadastrados no SCNES, basta selecionar no mesmo menu de “Consulta” => “Serviços Especializados” o Estado que se deseja visualizar e, após, selecionar no item “**Classificação Serviço**” a opção 006 – REFERÊNCIA PARA INTERRUÇÃO LEGAL DA GRAVIDEZ, como indica a imagem 3.

IMAGEM 3 – Menu de “Serviços Especializados” para visualização dos Serviços de atenção à interrupção de gravidez nos casos previstos em lei.

Descrição	Total
165 - ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	1
TOTAL	1

FONTE: Website do CNESNet, portal DataSUS, 2015.

Os Serviços de Atenção à Interrupção da Gravidez nos casos previsto em lei, CLASSIFICAÇÃO 006 atualmente cadastrados no CNES podem ser visualizados por meio do link:http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Especialidades.asp?VEstado=33&VMun=&VComp=00&VTerc=00&VServico=165&VClassificacao=006

- **SERVIÇOS DE ATENÇÃO AMBULATORIAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL – CLASSIFICAÇÃO 007**

Para acessar os Serviços de Atenção Ambulatorial às Pessoas em Situação de Violência Sexual, basta selecionar no mesmo menu de “Consulta” => “Serviços Especializados” o Estado que se deseja visualizar e, após, selecionar no item “**Classificação Serviço**” a opção 007 – **ATENÇÃO AMBULATORIAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL**, como indica a imagem 4.

IMAGEM 4 – Menu de “Serviços Especializados” para visualização dos Serviços de atenção Atenção Ambulatorial às Pessoas em Situação de Violência Sexual

Ministério da Saúde
CNESNet
Secretaria de Atenção à Saúde
DATASUS

Home Institucional Serviços Relatórios Consultas

Consulta
Serviços Especializados

Estado: TODOS
Município: MUNICÍPIO
Competência: ATUAL
Tipo de Serviço: TODOS
Serviço Especializado: 165 - ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL
Classificação Serviço: 007 - ATENC AMBULATORIAL A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Ambulatorial: ☒ SUS ☐ Não SUS
Hospitalar: ☐ SUS ☐ Não SUS

Listar

Descrição	Total
165 - ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	397
TOTAL	397

FONTE: Website do CNESNet, portal DataSUS, 2015.

Os Serviços de Atenção Ambulatorial às Pessoas em Situação de Violência Sexual, CLASSIFICAÇÃO 007 atualmente cadastrados no CNES podem ser visualizados por meio do link: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Especialidades.asp?VEstado=33&VMun=&VComp=00&VTerc=00&VServico=165&VClassificacao=006